

“TUDO ESTAVA POR FAZER”: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA ARTE NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL PROGRESSISTA DO ANTIGO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.

Frederico de Carvalho Ferreira (UNIFAP/UFGA)¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar parte das discussões levantadas em pesquisa de doutoramento, em desenvolvimento no PPGArtes–UFGA. A criação do Território Federal do Amapá (1943), instaurou uma série de medidas no sentido da reestruturação de uma região em que “tudo estava por fazer”. As alterações na paisagem social, econômica e cultural estiveram sob um guarda-chuva político que primou por criar melhores condições de vida e ressignificação do cotidiano caboclo, ao lhe proporcionar novas perspectivas sanitária, alimentar e educacional, que colocasse a região amapaense no centro de uma ascensão modernista, substituindo as características de uma cidade pacata em prol de um modelo mais urbano e civilizado. A instauração da nova infraestrutura, arquitetura e reorganização administrativa deu-se no sentido de apoiar a chegada de novos personagens à trama regional. Nesta, protagoniza o Cineteatro Territorial de Macapá, espaço de difusão política, educacional e cultural que esteve atrelado aos ideais janaristas. Este período alimenta inúmeros estudos e discussões dentro e fora do circuito acadêmico regional, diverge opiniões e integra parte da memória coletiva amapaense, contudo ainda preserva nuances que merecem olhares destacados para a compreensão de sua construção cultural em um sentido amplo e subjetivo. Dessa maneira, este artigo apresenta-se como valiosa contribuição para a escrita histórica, artística e cultural, com foco no teatro realizado na região amapaense e suas influências nos processos de construções identitárias.

PALAVRAS-CHAVE

Teatro no Amapá; Janarismo; Cine Teatro Territorial de Macapá; Política Cultural Janarista.

¹ Professor do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Doutorando em Artes pelo Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Pará - UFGA, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Bene Martins; Mestre em Artes e Licenciado em Educação Artística – habilitação Artes Cênicas pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

ABSTRACT

This article aims to present part of the discussions raised in the doctoral research, under development at PPGArtes-UFPA. The creation of the Federal Territory of Amapá (1943) introduced a series of measures to restructure a region in which "everything had to be done". The changes in the social, economic and cultural landscape were under a political umbrella that sought to create better living conditions and a new meaning to the caboclo's daily life, by providing new health, food and educational perspectives that would place the Amapá region in the center of a modernist ascension, substituting the characteristics of a quiet city in favor of a more urban and civilized model. The establishment of the new infrastructure, architecture and administrative reorganization was to support the arrival of new characters to the regional plot. The Cineteatro Territorial de Macapá, a space of political, educational and cultural diffusion that was linked to the janarist ideals, plays a key role in this. This period feeds countless studies and discussions within and outside the regional academic circuit, diffuses opinions and is part of the collective memory of Amapá, yet it still preserves nuances that deserve a closer look in order to understand its cultural construction in a broad and subjective sense. Thus, this article presents itself as a valuable contribution to the historical, artistic and cultural writing, focusing on the theater performed in the Amapáense region and its influences on the processes of identity construction.

KEYWORDS

Theater in Amapá; Janarism; Cine Teatro Territorial de Macapá; Janarist Cultural Policy.

O Território Federal do Amapá – TFA surge em 13 de setembro de 1943 por meio do Decreto-Lei nº 5.812, que instituiu a criação de mais quatro Territórios Federais: Guaporé (desmembrado do Amazonas e Mato Grosso), Rio Branco (desmembrado do estado do Amazonas), Iguaçu (desmembrado dos estados do Paraná e Santa Catarina) e Ponta Porã (desmembrado do estado do Mato Grosso). Segundo Maura Leal da Silva (2007), a região amapaense já havia demonstrado interesse em se tornar Território Federal desde o ano de 1920 quando, a partir de um documento enviado ao presidente da república, expunha o sentimento de desalento acerca da administração paraense.

Tal decreto fazia parte da política de proteção e fortalecimento das regiões fronteiriças que se encontravam em abandono e vazio demográfico, além de questões

emanadas a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e suas possíveis reverberações em solo nacional. Direto do salão dos despachos do Palácio do Catete, atual museu da república instalado no Rio de Janeiro, capital brasileira à época, o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) dá início a um novo capítulo na história dessas regiões, sobretudo em terras amapaenses, o foco deste artigo.

A região amapaense, desmembrada do estado do Pará, recebe seu primeiro governador, Janary Gentil Nunes (1912-1984), natural de Alenquer – PA, capitão do exército e pessoa de confiança de Vargas, a partir da efetiva instalação do TFA que só acontece em 24 de janeiro de 1944. No momento da nomeação, o cap. Janary comandava a 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas em Belém-PA. Essa demora na efetivação do território acontece devido a algumas divergências quanto a escolha do próprio governador, como também da capital territorial, um importante capítulo que merece ser lembrado (SANTOS, 2006).

O contato de Getúlio Vargas com o atual estado do Amapá ganha destaque a partir da aproximação política entre o Brasil e os Estados Unidos logo no início da década de 1940, quando o presidente brasileiro cede uma porção de terra ao norte do futuro TFA, no município do Amapá, ao governo estadunidense para que seja construída uma Base Aeronaval. Esta base torna-se ponto de chegada de inúmeros militares norte-americanos, além de grande parcela de imigrantes, sobretudo do nordeste brasileiro, em busca de melhores condições de trabalho. Esta região apresenta uma ascensão social e econômica vertiginosa, a partir da chegada de luz elétrica, saneamento, hospitais, escolas, espaços de lazer e cultura, entre outros que caracterizaram o desenvolvimento e o progresso, como vivenciados em outras cidades brasileiras. Contudo esse áureo período foi comprometido a partir do final da segunda guerra mundial (1945), e a conseqüente retirada dos propulsores de tais melhorias, o governo estadunidense, deixando no local somente memórias e esquecimento (FERREIRA, 2019).

Para Getúlio Vargas, ocupar o município do Amapá, tornando-o capital do TFA seria de grande valia pois, a região que vivenciava seu auge no ano de 1943, por meio dos investimentos norte-americanos, era também estrategicamente mais promissora em termos geográficos, estava situada na região central e litorânea do território, além de ser banhada pelo Oceano Atlântico.

Contudo para Janary, a escolha de Vargas não condizia com a realidade da região. Seu acesso via terrestre e sua representatividade simbólica ficava aquém se

comparada a Macapá que comportava a maior fortificação portuguesa da América Latina, a Fortaleza de São José de Macapá. Construída no final do século XVIII na foz esquerda do Rio Amazonas, símbolo do poder bélico na região, tratou-se de um grandioso projeto ventilado pelos ideais de defesa da Amazônia desenvolvido por Marquês de Pombal para a Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Tal impasse sobre a definição da sede do governo finaliza após a assinatura do Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944, que oficializa Macapá como a capital territorial.

A partir do aval presidencial, Janary inicia um processo de reestruturação política, social e econômica, tendo como ponto irradiador a cidade das Bacabas. Segundo o historiador Edgar Rodrigues, citado por Cássia Lima (2020):

O nome Macapá vem do Tupi, que significa terra ou lugar de bacabas. Vale ressaltar que muitos nomes que usamos hoje como Buritizal, Bailique, Araxá, Cajari, Calçoene, Cunani, Cupixi, Manuanum, entre outros, são oriundos do Tupi. Devido à colonização portuguesa, muitas das tribos que viviam aqui foram extintas, mas outra parte se entrelaçou na história da cidade com nomes, culinária, vestimentas, hábitos e medicina (LIMA, 2020, on-line).

A política estabelecida pelo janarismo, que de acordo com Verônica Xavier Luna (2017), foi um período marcado por uma perpetuação política, praticamente, ininterrupta que ocorreu no TFA de 1943 a 1970, por parte de um mesmo grupo gestor, esteve atrelada a figura de Janary que mesmo à distância mantinha fortes laços com a história do território. Vale ressaltar que após assumir o governo territorial Janary permaneceu no cargo até o ano de 1956, quando se torna presidente da Petrobrás e lá permanece por dois anos. A partir de 1962 atua como deputado federal por dois mandatos consecutivos e acaba perdendo os laços com o território, juntamente com o final do segundo mandato, devido as inúmeras oposições políticas emanadas por meio do cenário estabelecido pela ditadura militar.

O Território Federal do Amapá sob o olhar janarista

Apesar da assinatura do Decreto-Lei nº 6.550, que estabelecia a cidade de Macapá como a capital do TFA, ter acontecido somente em 31 de maio de 1944, pouco mais de oito meses após o decreto que instituiu os cinco territórios federais (Amapá, Guaporé, Rio Branco, Iguazu e Ponta-Porã), o governo janarista já havia se instalado em Macapá desde janeiro do mesmo ano. Isso é esclarecido a partir da análise do Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá (1946), que revela logo em

sua introdução o período de observações, metas e ações a que se refere, 27 de dezembro de 1943 a 31 de dezembro de 1944.

Apresento a Vossa Excelência o relato das atividades do Govêrno do Território Federal do Amapá, no período compreendido entre 27 de dezembro de 1943 – data em que fui honrado com a nomeação de Governador – e o encerramento de 1944. O ano de 1944 foi essencialmente de levantamento de dados, de estudo das possibilidades, de luta para obter leis básicas adequadas às peculiaridades regionais, de organização dos serviços administrativo, de fixação de diretrizes e planejamento (NUNES, 1946, p. 05)².

Nas páginas seguintes, o governador Cap. Janary Nunes descreve suas primeiras observações acerca das condições em que a região amapaense se encontrava. Nas linhas finais desta parte introdutória, refere sobre a data de instalação do governo territorial, 25 de janeiro de 1944, no município de Macapá.

Em traços largos e sem exagero, eis a paisagem que tivemos diante dos olhos ao instalar o Govêrno no Território, em 25 de janeiro de 1944. Há outras minúcias que retardaram muitos empreendimentos: falta de habitações, dificuldade de desembarque, comércio pobre e sem estoque de mercadorias, obrigando a formação de enorme almoxarifado, exigência de pessoal vindo de fora, enfim, um amontoado de necessidades, cada qual mais imperiosa e urgente (NUNES, 1946, p. 06-07).

Ainda sobre as primeiras observações de Janary Nunes, cabe ressaltar parte em que afirma sobre a alta incidência de endemias tropicais, como a malária e verminoses; Alimentação irregular, à base de cafezinho com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha, ao almoço, pouco diferindo o jantar; Moradias miseráveis, ausência de privadas e quarto comum para toda a família, alta incidência de promiscuidade sexual entre pais e filhos, exceto pelas edificações deixadas pelos norte-americanos; população, em grande maioria analfabeta, assinava as próprias folhas de pagamento, com auxílio datiloscópico do dedo polegar; sistema de transportes (marítimo, terrestre e aéreo) ineficazes; comunicação telegráfica praticamente inexistente, deixando o Governo e população ilhados. Em caso de urgência, o único recurso seria pedir ao Exército Americano e à Panair – que possuíam estações em Santo Antônio, Base Aérea do Amapá e Macapá; ausência de olaria ou serraria, ficando-se na dependência de Belém e do interior do Pará, para qualquer construção; inexistência de luz elétrica, água encanada, esgotos, ou serviço público

² Nas citações retiradas de periódicos e documentos oficiais, optou-se pela grafia da época.

necessário à higiene e ao progresso. Janary Nunes finaliza, em perspectiva progressista, sobre o futuro almejado para o TFA.

Convém esclarecer porém que permanecem em todo o Território, à espera de solução, os mesmos problemas que aqui encontramos. Tudo ainda está por fazer, apesar de havermos empregado a totalidade de nossas forças para concretizar o ideal do Amapá rico e feliz, integrado na civilização brasileira. Tenho absoluta convicção de que o porvir reserva ao Amapá um destino de opulência e brilho dentro de nossa Pátria e estou certo que o seu povo trabalhará sem cessar para alcançá-lo (NUNES, 1946, p. 08).

O tripé político em que o governador territorial se apoiava fazia parte de uma estrutura desenhada pelo próprio Getúlio Vargas, SANEAR, EDUCAR, POVOAR. Era preciso criar melhores condições sanitárias que contribuíssem na redução de danos causados à saúde, criar escolas e educar, sobretudo para o bom cultivo e interação com a terra, e ainda distribuir os cidadãos brasileiros em terras pouco habitadas para que pudessem desenvolver atividades de subsistência e conseqüente retorno ao estado. Desta política tríplice, destaca-se o verbo educar como um dos principais pilares para o desenvolvimento dos outros dois. Durante o governo de Janary foi dada elevada importância à educação, no intuito de despertar nos mais novos, nas crianças, o interesse por reelaborar a cultura e as relações sociais locais. O baixo nível escolar e o pouco conhecimento acerca de hábitos mais saudáveis, sejam em relação ao próprio corpo e saúde, sejam em relação a forma de trabalho, que predominava entre os amapaenses se colocava como empecilhos ao seu estilo de governar. Era preciso reverter esse quadro para que se gerasse uma sociedade mais receptiva aos seus comandos, uma sociedade mais controlável. Para o governador Janary Nunes:

Qualquer transformação duradoura na vida de um povo só se obterá eficientemente preparando as gerações novas. Elas terão de ser utilizadas pelas elites como se fôsem tropas encouraçadas incumbidas de abrir brechas nos hábitos e superstições da gente velha, aplicando o princípio preconizado por Durkheim de reeducar os pais pelos próprios filhos (NUNES, 1946, p. 34).

E é neste contexto da educação que Janary dá início a construção do primeiro órgão de difusão política, educacional e cultural no TFA, o Cineteatro Territorial de Macapá.

Cineteatro Territorial de Macapá: funções políticas, educacionais e culturais janaristas

Assim que assumiu o cargo de governador territorial, Janary Nunes deu início ao processo de transformação da região a partir da construção de prédios públicos, casas, escolas e unidades de atenção à saúde, desenhando a imagem de criador do Amapá. Entre os processos mais emblemáticos encontra-se as ações de reestruturação urbanística que procurou estabelecer características mais modernas a capital territorial ao realocar comunidades inteiras para regiões mais periféricas. Destaca-se nesta a retirada de moradores do centro histórico de Macapá, próximos a orla da cidade, e a consequente demolição de suas casas que, segundo Janary, não condiziam com a nova proposta estética do cartão postal da cidade.

Essa comunidade, em sua maioria negra, representantes do Marabaixo, uma manifestação religiosa e cultural de grande importância e ainda presente no estado até hoje, portadora do título de Patrimônio Cultural do Brasil, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em novembro de 2018, assim que retiradas de seu espaço de origem, deram início aos bairros mais tradicionais de Macapá, o Laguinho e a Favela (atualmente conhecido como Santa Rita). A realocação dessa comunidade deu-se a partir de alianças políticas entre o governador Janary Nunes e Julião Thomaz Ramos, líder da comunidade e figura histórica do Marabaixo do Laguinho.

Em um esquema de troca de favores, os moradores do Laguinho e da Favela seriam incorporados na nova estrutura administrativa do TFA. Segundo Santos (1998), seriam reservados aos negros cargos nos serviços gerais e limpeza pública. Contudo, esse perfil coercitivo janarista acaba provocando inquietações nesta comunidade diante de uma política de segregação e hierarquização social nos planos habitacional e de trabalho. Uma dos reflexos deste processo foi a cisão entre os marabaixeiros em dois grandes grupos, os que apoiavam o governo territorial e tinha como líder o mestre Julião Ramos do Laguinho, e outro que não coadunada com a nova proposta política, liderados por Dona Gertrudes Saturnino da Favela.

No centro histórico de Macapá foram construídos a casa do governador, a atual Ordem dos Advogados do Brasil e o Cineteatro Territorial de Macapá, o primeiro prédio em alvenaria da capital territorial.

O Cineteatro Territorial de Macapá teve sua construção iniciada logo no primeiro semestre de 1944, sendo inaugurado em julho do mesmo ano. Tinha como função principal servir de sede de despachos do governo, e ainda difusor político, educacional e cultural. Na figura 01, vê-se a fachada do Cineteatro Territorial, a entrada principal que dava acesso à rua Candido Mendes, e à esquerda do prédio a incorporação deste com a primeira escola em alvenaria de Macapá, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (figura 02), inaugurada em 1946.



Figura 1: Entrada principal do Cineteatro Territorial de Macapá³

³Fonte: Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá (1946, p. 108a).

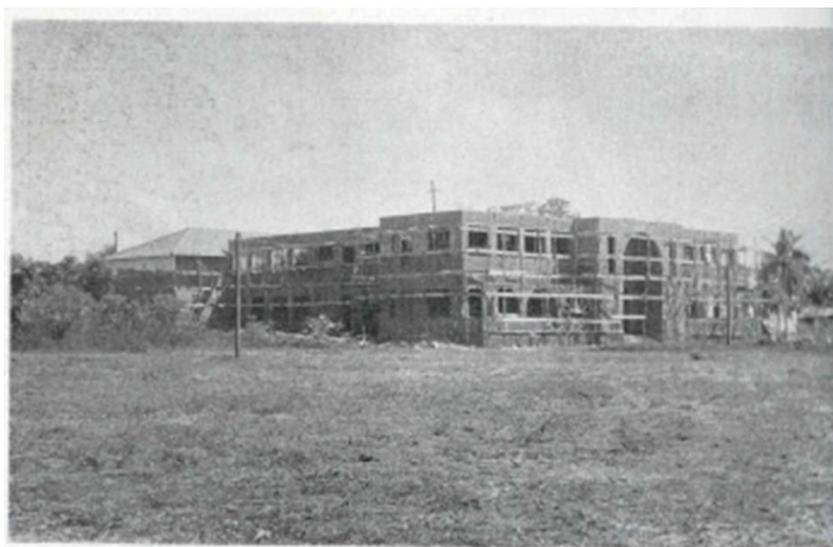


Figura 02: Construção do Grupo Escolar Barão do Rio Branco⁴
Segundo Souza (2016), o Cineteatro Territorial:

[...] era uma espécie de espaço representativo, característico da modernidade que chegava ao Amapá. Com capacidade para 280 pessoas, o local proporcionou à comunidade assistir as primeiras sessões cinematográficas de longa-metragem com os principais filmes comerciais da época. Além de filmes, também eram ali apresentadas peças teatrais e shows com artistas locais como: Nonato Leal, Aymorezinho, Sebastião Mont'Alverne, dentre outros, e de artistas nacionais renomados da época como: Luiz Gonzaga, Ângela Maria, Dalva de Oliveira, Ademilde Fonseca, dentre outros (SOUZA, 2016, p. 222-223).

O Cineteatro Territorial de Macapá foi palco, primeiramente, para exibições de filmes educativos, eventos políticos, apresentações de músicos locais e paraenses, esquetes teatrais de escolares, de escoteiros e grupos teatrais paraenses. A partir de 1948, com a chegada do maquinário de projeção *Zeiss*, de tecnologia alemã, fora possível ter uma melhor experiência ao assistir os longa metragens norte-americanos que percorriam os cinemas do país. Ressalta-se que todo o conteúdo veiculado no palco territorial devia estar à serviço da política janarista, sendo os grupos teatrais e músicos de outros estados convidados e patrocinados pelo próprio Cap. Janary Nunes. Alguns como Luiz Gonzaga mantinha estreita relação com o governador. Em maio de 1949, o *Jornal Amapá* faz referência a passagem do artista pela cidade das bacabas.

ESTEVE EM MACAPÁ LUIZ GONZAGA

Foi hospede desta cidade, por alguns dias, o festejado acordeonista patricio Luiz Gonzaga, artista exclusivo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nome de destaque entre os principais intérpretes da música

⁴Fonte: Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá (1946, p. 34).

popular brasileira, que, em <<tournée>> pelo Brasil, não quiz deixar de visitar a cidade de Macapá.

Artista de grandes recursos, Luiz Gonzaga teve a oportunidade de brindar o nosso público com três magníficos espetáculos, onde também tomaram parte vários elementos do <<broadcasting>> regional.

Luiz Gonzaga, em todos os seus festivais, teve grande assistência a aplaudi-lo calorosamente, podendo-se dizer que, com a sua simplicidade e irradiante simpatia, conquistou a platéia de Macapá.

Quinta-feira última, pelo avião da <<Cruzeiro do Sul>>, Luiz Gonzaga rumou para a capital paraense, onde fará uma pequena temporada, seguindo depois para São Luiz do Maranhão (JORNAL AMAPÁ, 07 maio 1949).

O rei do baião, como é reconhecido até hoje, havia se tornado uma figura importante no processo de nacionalização da música brasileira. Integrante da Rádio Nacional, relevante ferramenta do Estado Novo, se encantou pelo Marabaixo de Macapá, gravou uma adaptação de “Aonde tu vai rapaz” um dos mais importantes ladrões (cantigas de marabaixo), e ainda compôs, a pedido do cap. Janary, canções que exaltavam a figura do governador e sua política progressista como “Macapá” e Marcha da Petrobrás”, em parceria com Humberto Teixeira.

Sobre o ladrão “Aonde tu vai rapaz”, cantiga que fala sobre a reforma urbanística e o seu reflexo para a comunidade negra logo no início do janarismo, reserva-se algumas importantes ponderações acerca do ideal político janarista. Abaixo as versões do ladrão, a primeira de Raimundo Ladislau, cantor de marabaixo da comunidade do Laguinho, e a segunda do nordestino Luiz Gonzaga.

Versão de Raimundo Ladislau

A Avenida Getúlio Vargas
Tá ficando que é um primor
Essas casas foram feitas
Pra só morar os doutor

Versão de Luiz Gonzaga

As ruas de Macapá
Estão ficando um primor
Tem hospitais, tem escolas
Pros fíos do trabalhado
Mas as casas que são feitas
É só prá morar os doutô

Na versão de Ladislau observa-se que o processo de urbanização da capital territorial, pautada em um novo conceito estético mais moderno, preservava a região central somente a elite local, enquanto o mesmo trecho na versão de Gonzaga é acrescida da existência de hospitais e escolas para os filhos dos trabalhadores, obras

pertencentes ao contexto político janarista que impulsionavam a transformação da região. Evidencia-se a manutenção da hierarquização social quanto ao espaço reservado à moradia e ainda valoriza a importância do trabalho como um propulsor de benfeitorias como hospitais e escolas, uma espécie de troca de favores entre o estado e a população.

O Cineteatro Territorial de Macapá fecha suas cortinas em 1961 a partir da ligeira passagem do governo de José Francisco de Moura Cavalcanti, um pernambucano que se opunha a política janarista e tinha como missão enfraquecer a ligação entre o cap. Janary Nunes e o TFA. Neste período, esse importante palco político, educacional e cultural amapaense, presente na memória dos escolares, professores, e primeiros grupos de teatro amador local que tiveram a oportunidade de pisar no palco territorial, deixa de ser utilizado como cineteatro de passa a integrar o grupo escolar somente como anexo para reuniões e comemorações internas. Em 2014 a atual Escola Estadual Barão do Rio Branco foi interditada para reformas e atualmente (2021), aguarda reabertura, inclusive o antigo Cineteatro Territorial que abrigará o novo Museu da Imagem e do Som de Macapá.

Considerações finais

O Cineteatro Territorial de Macapá, símbolo do progresso e desenvolvimento que chegara no TFA a partir da tessitura política comandada pelo governador cap. Janary Nunes foi um importante espaço político, cultural e educacional. Nele foram realizadas comemorações cívicas, bailes populares, apresentações musicais e teatrais, colocando a região amapaense na rota de reconhecidos artistas do período.

A construção do Território Federal do Amapá, pautada em uma política janarista, reflexo do governo Vargas, criou marcas na história local que ventilam e alimentam muitas pesquisas e aprofundamentos. A leitura da bibliografia e a análise das fontes documentais nos apresenta uma região ainda muito carente de estudos e discussões se comparado a outros estados brasileiros. Pensar sobre a política cultural estabelecida pelos ideais progressistas e ainda, como a arte perpassou pelas frestas das camadas sociais servindo como uma ferramenta do governo, assim como em tantas outras regiões dentro e fora do país é colocar no roll destes estudos uma região até então invisibilizada pela historiografia tradicional.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Frederico de Carvalho. Memórias teatrais nas cidades de Amapá/AP e Belém/PA: a presença norte-americana durante a 2ª guerra mundial (1939-1945). In: **Anais da ANPUH – 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019, p. 1-15. Disponível em: < <https://tinyurl.com/ya6t4rc8> >. Acesso em: 15 jul 2021.

LIMA, Cássia. **262 anos de fundação de Macapá, cidade joia da Amazônia**. 27 jan 2020. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/262-anos-de-fundacao-de-macapa-cidade-joia-da-amazonia/>. Acesso em 15 jul 2021.

LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970)**. Macapá: UNIFAP, 2017.

NUNES, Janary Gentil. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo 1943-1970**. Belém: Graf Norte Ind. E Comércio, 2006.

SILVA, Maura Leal da. **A (Onto)Gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Periódicos

Jornal Amapá/AP

S/A. Esteve em Macapá Luiz Gonzaga. **Jornal Amapá**, Macapá, ano 05, n. 217, 07 maio 1949, s/p.